

CRIANÇAS PRODUTORAS DE CULTURA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Mayra Luisa Nogueira Correia
Universidade do Estado da Bahia

Susane Martins da Silva Castro
Universidade do Estado da Bahia

Gisele Ferreira de Amorim
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente artigo visa discutir sobre as crianças e infâncias da educação infantil à luz da contemporaneidade, partindo da perspectiva da Sociologia da Infância em relação à criança, que teve a sua concepção modificada ao longo dos séculos e que com o surgimento dessa Sociologia obteve o seu reconhecimento enquanto atores sociais. Ademais, discute-se sobre as crianças como produtoras culturais, pois estão inseridas em uma sociedade e a partir da sua interação com o adulto ou com seus pares, criam seus próprios mundos. Para tanto, evidenciou-se nessa pesquisa que a infância deixou de ser invisível, passando a ser o centro das atenções e a criança passou a ser vista como um ser que possui seus direitos e identidade própria, assim considerada a representação da sociedade.

Palavras chave: Crianças. Infâncias. Cultura. Educação Infantil.

1 Introdução

No século XXI convalidando ao que a sociologia da infância vem definindo, que as crianças são vistas como seres produtoras de cultura, isto se deve ao fato das mesmas participarem ativamente da sociedade a qual estão inseridas e terem seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e demais documentos que reconhecem as mesmas como sujeitos de direitos.

De acordo Corsaro (2011), as crianças produzem uma série de culturas de pares por meio da interação com os colegas no contexto escolar, e depois esses conhecimentos e práticas infantis são transformados de modo a adquirir conhecimentos adequados, para assim participar do mundo dos adultos. O autor ainda destaca que essas práticas não são meras reproduções, mas que se torna reprodutivo pelo fato de que as crianças não só internalizam individualmente a cultura adulta que lhes é externa, mas também se tornam parte da cultura adulta, ou seja,

contribuem para a sua reprodução através das negociações com adultos e da produção criativa de uma série de culturas de pares com as outras crianças. (CORSARO, 2011).

Nesse sentido, é por meio das relações estabelecidas pelas crianças, que se dão as produções de cultura infantil, resultado da interação e socialização entre os pares. No dizer de Sarmiento (2004), se constituem as culturas da infância, no mútuo reflexo de uma sobre a outra, das produções culturais dos adultos para as crianças e das produções culturais geradas pelas crianças nas suas interações de pares.

Dessa maneira, as crianças através do compartilhamento de suas vivências e conhecimentos, tornam-se não só meros receptores da cultura que os cerca, e sim sujeitos ativos nesse processo, apropriando-se e reinterpretando seus elementos (BORBA, 2005). Sendo assim, entende-se que, por meio da interação com os pares, a criança não só se apropria da cultura advinda dos outros, como também produz cultura.

Tendo como referência a construção histórica da infância, a partir das contribuições do historiador Àries (1981), e de autores como, Corsaro (2011), Sarmiento (2004, 2007, 2008), entre outros, compreende-se que os termos criança e infância são intrinsecamente imbricados pela configuração sociocultural que determina uma dada sociedade, uma vez que a infância é o tempo-espço de maturação biológica e psicológica da criança, sendo esta, marcada profundamente pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca, pois, na condição de sujeito histórico e social, faz parte de uma organização familiar inserida em uma sociedade, que produz cultura a partir dos seus contextos. (SARMENTO, 2004)

Para tanto, este artigo aborda a discussão sobre as crianças e infâncias da educação infantil à luz da contemporaneidade, partindo da perspectiva da Sociologia da Infância em relação à criança, que teve a sua concepção modificada ao longo dos séculos e que com o surgimento dessa Sociologia obteve o seu reconhecimento enquanto atores sociais. Ademais, discute-se sobre as crianças como produtoras culturais, pois estão inseridas em uma sociedade e a partir da sua interação com o adulto ou com seus pares, criam seus próprios mundos.

2 Conhecendo a criança sob a perspectiva da sociologia da Infância

Em tempos de conquistas advindas das Leis que respaldam os direitos da criança, dando destaque a: C.F., 1988; ECA, 1990; LDBEN 9.394/96, dentre outras, pensar, compreender e reformular conceitos a cerca do ‘ser criança’ torna-se fundamental para promoção das infâncias em sua plenitude, tendo em vista que, de acordo estudos, a criança começa a ser compreendida de forma diferente a partir do final do século XX, quando as concepções que as caracterizam

como receptores de cultura, adultos em miniaturas e outros conceitos que ressaltavam a criança apenas como uma fase de preparação para a vida adulta, abre espaço para um novo período dos estudos sociológicos da infância (BELLONI, 2009).

Pode-se considerar assim que a sociologia da infância dá um novo direcionamento a percepção da criança. De acordo Delgado e Muller (2005), o cenário internacional tem um espaço significativo sendo ocupado pelos estudos sociológicos, por propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças como atores sociais plenos. Esse fato decorre de um debate acerca dos conceitos de socialização no campo da sociologia, que de acordo Corsaro (2011, p. 18) discute, a criança, numa perspectiva sociológica que deve ser observada para além das adaptações e internalizações dos processos de socialização, como também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução realizados, uma vez que essa visão de socialização considera a importância do coletivo, levando em conta, como as crianças compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares e como elas negociam.

Para efeitos da Lei nº 8.069, no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a terminologia criança é usada para a pessoa de zero até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Nessa perspectiva, o ECA discorre que a criança é um ser biológico e precisa ser reconhecida como um sujeito de direito, à vida, à liberdade, à saúde, à dignidade, ao respeito, à educação, às convivências familiares e comunitárias, à cultura, ao esporte e lazer, para o seu pleno desenvolvimento biopsicossocial. (BRASIL, 1990).

Ampliando a compreensão dada pelo ECA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Resolução nº 5 de 2009, descreve a criança como, sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva, por meio das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, bem como produz cultura ao passo que brinca, deseja, aprende, fantasia, imagina, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade (BRASIL, 2009).

Conforme se pode perceber, distinguir a criança como um sujeito histórico implica adotar mudanças conceituais na forma de pensar a criança adquirindo novos contornos, advindos do avanço da economia e das tecnologias no campo da saúde e da psicologia. Assim, uma nova vertente sobre as especificidades da criança é inserida por meio da Sociologia da Infância, conseqüentemente adquiriu maior expressividade ao criar os seus próprios conceitos da formulação de teorias e abordagens distintas e de constituição de problemáticas emancipadas. De maneira simultânea, essa perspectiva considera as dimensões estruturais e interativas da infância (SARMENTO, 2008).

Dentro desse contexto, Lima, Moreira e Lima (2014), revelam que a criança precisa ser compreendida a partir de si mesma e do seu próprio contexto, pois é um ser humano também do hoje, que não pode ser limitado ao amanhã. Faz história e produz cultura na medida em que representa um sujeito social que não está passivo no seu processo de socialização.

Sarmento (2008) explicita que a perspectiva teórica da Sociologia da Infância não se restringe apenas em compreender a criança no seu sentido biológico, ela abrange a totalidade da realidade social no foco de suas teorias, constituindo uma porta de entrada fundamental que compreende a realidade social da especificidade da categoria geracional. Os conceitos sobre a infância e suas particularidades inerentes da criança se fundamentaram a partir das vertentes sociológicas. Subsequente, as teorias tradicionais dos paradigmas e perspectivas sociológicas sobre a infância definidas pelo sociólogo americano William Corsaro (2011) compreendem a criança sob duas distintas vertentes. A primeira é o modelo determinista, em que a sociedade apropria-se da criança, e a segunda é o modelo em que a criança se apropria da sociedade, denominado construtivista. A ambiguidade das vertentes descritas corresponde a definições opostas de se pensar a criança. A primeira delinea que a criança é tomada pela sociedade, treinada para se tornar um membro competente e contribuinte. Sendo assim, forma-se a criança para que se adeque aos padrões ideológicos determinados pela sociedade, sendo um captador de informações, ou um simples depositário, o qual se insere os componentes formativos educacionais e sociais, determinando um ser reproduzidor dos conhecimentos oriundos e impostos pela cultura dos adultos (CORSAO, 2011).

Relacionado à perspectiva determinista, Corsaro (2011) ainda pontua duas abordagens auxiliares que compreendem a sociedade com concepções distintas. São o modelo funcionalista e de reprodução. O primeiro sugere que é necessário estabelecer ordem e equilíbrio na sociedade para formar e preparar crianças, com o intuito de enquadrá-las para contribuírem com essa organização. O segundo modelo, por outro lado, enfocavam desigualdades sociais e conflitos, salientando que mediante o contexto social em que estão inseridas, há crianças que admitem de formas distintas, determinados exercícios em instâncias opostas. Nesse sentido, os modelos reprodutivistas, centram-se nas vantagens daqueles com maior acesso aos recursos culturais (CORSAO, 2011).

Diante disso, são refletidas de maneiras distintas, as condições socioculturais, de acordo a classe social da qual se faz parte. Tomam-se como exemplo, os grupos de famílias mais abastadas culturalmente têm maior possibilidade de receber uma educação de qualidade em instituições acadêmicas. Em suma, ao viabilizar a criança e a compreender a sua infância, como um período característico e representativo, a inserção da criança no campo sociológico do

paradigma tradicional, até então se configurava de forma ambígua, mesmo após as mudanças históricas ocorridas ao longo dos séculos refletirem de maneira significativa (CORSARO, 2011).

A segunda vertente se refere ao modelo construtivista, contrária ao modelo determinista, afirma que “a criança é vista como agente ativo e um ávido aprendiz. Sob essa perspectiva, a criança constrói ativamente seu mundo social e seu lugar nele”. (CORSARO, 2011, p. 19). Sujeito ativo, porque está em constante ação, agindo sobre algo ou alguma coisa de forma dinâmica, e por almejar responder as suas curiosidades com grande expectativa e intensidade se apropriando da sociedade, torna-se ávido aprendiz. É após esses aspectos específicos de atuação da criança, que a cultura da infância se desenvolve.

Nesse entendimento, o sociólogo William Corsaro (2011), destaca que ao estudarem as teorias do desenvolvimento, muitos psicólogos a partir dos seus aportes, caracterizam a criança como um ser mais ativo do que passivo, ao tempo em que elas são capazes de construir sua própria interpretação do mundo. O psicólogo Jean Piaget é um dos representantes da abordagem construtivista. Com base em estágios distintos, ele estudou a criança no seu processo de desenvolvimento intelectual. Em sua concepção, desde os primeiros dias de vida, a criança seria capaz de interpretar, organizar e usar as informações do ambiente, e construir suas concepções e seus mundos físicos e sociais.

Em contrapartida, a abordagem construtivista sobre o desenvolvimento humano de Piaget, se difere do psicólogo russo Lev Vygotsky. Corsaro (2011) corrobora dizendo que segundo Vygotsky, é através de suas atuações coletivas e nas relações estabelecidas com a sociedade que se resulta o desenvolvimento social da criança. Esse mesmo autor, (2011, p. 26), ainda diz que “para Piaget, o desenvolvimento humano é basicamente individualista, enquanto para Vygotsky, é essencialmente coletivo”. Logo, a primeira abordagem defende que a criança não depende do meio social para se desenvolver, porque conforme acontece o avanço dos estágios distintos do sujeito, suas funções psicológicas progridem gradativamente. Por outro lado, a segunda perspectiva alega que sem o meio, o homem não se desenvolve, pois depende do meio social para seu pleno desenvolvimento, tendo em vista que é por meio das relações interpessoais que a pessoa internaliza e se apropria de uma dada cultura.

Ainda que as teorias se convirjam em pontos de vista opostos, elas se complementam colaborando nos estudos sociológicos sobre a infância, compreendendo a criança numa dimensão biopsicossocial. Um ser ativo, capaz de ler o mundo e interpretá-lo, atuando, criando e recriando histórias, instituindo assim, a sua própria cultura.

Através de estudos realizados sobre a temática em questão, pode-se entender a criança como um ser produtor de cultura por meio das relações cotidianas com seus pares, reforçando a ideia da criança como ator social capaz e competente de agir na sociedade na qual está inserida. Seja no pátio da escola, na sala de aula, no refeitório e em outros diversos espaços de interação social, a criança vai construindo através de produção e compartilhamento de rotinas, valores, objetos e conceitos da sua cultura de pares.

Para tanto, a perspectiva sociológica sobre a infância, propõe que se faça uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída (SARMENTO, 2008). Dessa maneira, a criança desempenha um papel ativo nas diversas situações em que está envolvida, pois sua capacidade heterogênea lhe transporta para múltiplos campos, numa interface entre a realidade e a fantasia, tornando sua cultura ainda mais própria da categoria geracional, construída historicamente.

2.1 As crianças como produtoras de culturas

Entendemos cultura como um conjunto de padrões comportamentais e morais que são desenvolvidos, aceitos e reproduzidos pelos membros de uma sociedade, como, por exemplo, o jeito de falar, se vestir, alimentar, crenças e valores, entre outros. Assim, pode-se dizer que a base da organização da vida humana é a cultura, e cada sociedade constrói seus próprios referenciais culturais. Mas e as crianças? De que forma elas produzem cultura? Essas indagações nos permitem compreender as diversas faces que permeiam o mundo infantil.

A criança durante vários séculos foi compreendida como um ser incompleto, que se encontrava em uma espécie de período passageiro que antecedia o período definitivo que é o adulto e pôde-se perceber isso a partir de estudos realizados por vários autores como Sarmento, Corsaro, Prout, Qvortrup, entre outros. Dessa forma, entende-se que havia uma enorme ocultação de seus saberes, pois, não era considerada como um ser capaz de produzir cultura, ou seja, a criança estava inserida em um contexto de invisibilidade social.

Nesse sentido, a criança era impossibilitada de opinar e demonstrar suas diversas habilidades, então competia a ela, ouvir e obedecer às ordens estabelecidas por aqueles que socialmente lhes eram superiores. Deste modo, as pesquisas realizadas sempre utilizavam a educação, família e trabalho como categorias sociais de análise, ocultando e negando a infância como grupo social. Durante muito tempo, a criança não era considerada um ser produtor de

cultura, apenas como um indivíduo receptor da cultura dos adultos, sendo entendida como um ser incompleto e a infância uma simples fase de preparação para a vida adulta.

Somente no final do século XX surge um novo período de estudos sociológicos da infância, rompendo com a visão que caracterizava a criança apenas como receptor de cultura dos adultos. Diante disso a antropóloga Clarice Cohn (2005, p. 34), corrobora dizendo “que os significados elaborados pelas crianças são qualitativamente diferentes dos adultos, sem por isso serem menos elaborados ou errôneas e parciais.” Ou seja, não é que elas não entendem menos, mas sim explicitam o que os adultos também sabem, porém não se expressam.

Percebe-se que a sociologia da infância contribuiu significativamente para a ressignificação do conceito de criança e infância, a partir dos estudos voltados para este novo campo das Ciências Sociais e suas temáticas, tornou-se possível compreender a criança como um ser completo, capaz de produzir e compartilhar sua cultura de pares¹. A criança que era vista como ser incompleto que estava em processo de preparação para vida adulta, começou a ser analisado como um sujeito completo, com direitos e considerado como ator social. Assim, a infância perdeu sua característica de passagem de um estágio para outro e passou a ser compreendida como uma categoria na estrutura social.

Segundo Prout (2010), esse avanço proporcionou a criação de um espaço para a infância, acarretando no enfrentamento da complexidade e ambiguidade desta como um fenômeno contemporâneo e instável e por fim atribuir um novo conceito de criança e infância.

A partir desse entendimento, compreende-se que as crianças não só refletem as manifestações e representações do mundo dos adultos, mas também organizam e produzem culturas a partir dessas relações. À luz dessa discussão, Corsaro (2002) contribui dizendo que de maneira criativa as crianças apropriam-se da informação do mundo adulto para produzir a sua própria cultura de pares. Sendo essa apropriação imaginativa, usada para expandir sua cultura de pares, transformando a informação do mundo adulto de acordo às suas preocupações, bem como também contribui para reprodução da cultura adulta.

As crianças produzem uma série de cultura de pares, por meio da interação com os colegas no contexto escolar, depois esses conhecimentos e práticas infantis são transformados de modo a adquirir conhecimentos adequados para assim participar do mundo dos adultos. Esse processo é entendido por Corsaro (2002), como a reprodução interpretativa da cultura, e cabe

¹ O termo pares é especificamente utilizado para se referir ao grupo de crianças que passa seu tempo junto quase todos os dias. Neste sentido, definem-se por cultura de pares infantil como um conjunto estável de rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças vão produzindo e compartilhando em interação com outras crianças (CORSARO, 2011).

destacar que segundo o autor, só é reprodutivo pelo fato das crianças internalizarem individualmente a cultura adulta que lhes é externa, porém se tornam parte desta cultura, ou seja, contribuem para a sua reprodução através das negociações com adultos e da produção criativa de uma série de culturas de pares com as outras crianças.

Partindo desse entendimento, de acordo Corsaro (2011), as crianças produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis e ao mesmo tempo, contribuem para a produção das sociedades adultas, por meio da interação com os grupos sociais com que se relacionam e com os contextos de vida em que estão inseridos, uma vez que são agentes sociais, criativos e ativos. Assim, torna-se fundamental nessa interação o contato das crianças umas com as outras, denominado por cultura de pares, algo essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem. Perante isso, apreende-se que as culturas adultas são interdependentes das culturas infantis, pois estas são extremamente importantes para a existência da outra.

Nessa perspectiva, Barbosa (2007), nos diz que as crianças atuam na criação de relações sociais, nos processos de aprendizagem e de produção de conhecimento, pois têm um modo ativo de ser e habitar o mundo. A partir da observação cotidiana das atividades dos adultos é que elas se inserem no mundo, assim, através da interação com outras crianças ou com os adultos, seja brincando ou realizando tarefas e afazeres, elas acabam construindo suas próprias identidades pessoais e sociais.

Ainda de acordo a autora, quando observam os adultos e suas práticas, as crianças criam condições para que elas possam criar e recriar, bem como, produzir suas próprias opiniões e maneiras de compreender o mundo em que vivem. Para criar sentido nas atividades desenvolvidas pelos adultos com os quais convivem, as crianças vão recriando e remodelando essa cultura, pois as crianças tornam-se membros tanto de suas culturas de pares quanto do mundo adulto em que estão inseridos, por meio da participação e produção coletivas nas rotinas.

Assim, a família desempenha papel fundamental no desenvolvimento da cultura de pares, através da participação das crianças nas rotinas culturais mediadas pelo adulto, e que geralmente acontecem nos primeiros anos de vida na família. De modo geral, os pais decidem até mesmo as primeiras interações sociais da criança.

Parafraseando Corsaro (2011), após as crianças interagirem fora do âmbito familiar, suas atividades e produção coletiva de uma série de cultura de pares com outras crianças, tornam-se tão importantes quanto às interações com os adultos, uma vez que as influências interpessoais e emocionais desenvolvidas com os familiares afetam diretamente o relacionamento das crianças com os outros, bem como seu desenvolvimento e suas opiniões acerca da amizade. Os sentimentos de segurança e os laços emocionais que estabelecem pela

primeira vez nas famílias, as crianças buscam nos pares e cuidadores adultos. (GIDDENS e LADD, apud CORSARO, 2011).

Portanto, a sociologia da infância compreende as crianças como atores sociais, seres competentes que criam, interpretam e transmitem suas percepções, que atuam ativamente na sua rotina de vida, seja no contexto familiar, educacional ou social, a criança exprime sua leitura e compreensão analítica dos fatos, das pessoas e de tudo aquilo que lhe cerca, dando um novo significado a partir das suas interpretações intelectuais. Mesmo que a criança consiga produzir sua própria cultura, é por meio das suas interações com as culturas de pares e o contato com os adultos que ela se consolida. Ademais, corroborando com Barbosa (2007), essa Sociologia contribui para entendermos as culturas das crianças, como vivem e pensam, os seus modos de ver, de sentir e de agir. Tendo em vista que, escutar seus anseios ou desejos é uma das formas de compreendê-las como grupo humano.

3 Considerações finais

O presente artigo permitiu compreender sobre as crianças e infâncias da educação infantil à luz da contemporaneidade, partindo da perspectiva da Sociologia da Infância em relação à criança, que teve a sua concepção modificada ao longo dos séculos e que com o surgimento dessa Sociologia obteve o seu reconhecimento enquanto atores sociais.

Desse modo, a partir das construções sociais, históricas e culturais as concepções sobre criança e infância foram consolidadas nos diferentes contextos nos quais são produzidas, partindo de múltiplas variáveis como etnia, classe social, gênero e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte. Assim, pode-se afirmar a existência de múltiplas infâncias e de várias formas de ser criança, ao considerar tais elementos e a sua relação com a imagem de criança construída no tempo e na história.

Nesse sentido, percebe-se como a infância que conhecemos foi historicamente concebida. A infância deixou de ser invisível, passando a ser o centro das atenções e a criança passou a ser vista como um ser que possui seus direitos e identidade própria, assim considerada a representação da sociedade.

Após estudos realizados sobre a temática em questão, entende-se a criança como um ser que produz cultura por meio das relações cotidianas com seus pares, em tempo que reforça a ideia da criança como ator social capaz e competente de agir na sociedade que está inserida. Seja na sala de aula, ou em outros diversos espaços de interação social, a criança constrói

através de produção e compartilhamento de rotinas, valores, objetos e conceitos da sua cultura de pares.

4 Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BARBOSA, M. C. S. **Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: As Socializações e a escolarização no entretecer destas culturas**. *IN: Educ. Soc*, Campinas, v.28, n.100- Especial, p.1059-1083, out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BELLONI, M. L. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BORBA, A. M. **Culturas da infância nos espaços tempos do brincar**. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em educação), Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/749/251>. Acesso em: 05 de ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2009.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CORSARO, W. A. **A reprodução interpretativa no brincar ao “faz-de-conta” das crianças**. Educação Sociedade & Culturas. Lisboa, pp. 113-135, 2002.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, A. C.C; MULLER, F. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LIMA, J. M. de; MOREIRA, T. A; LIMA, M. R. C. de. A Sociologia da Infância e a Educação Infantil: Outro Olhar para as crianças e suas culturas. **Revista Contrapontos Eletrônica**, v.14, n. 1, p. 95-110, jan/abr. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Chaves/Downloads/5034-15795-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Chaves/Downloads/5034-15795-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 18 set. 2019.

PROUT, A. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Coords.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, M. J; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J; PINTO, M. (orgs) **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”. Projeto POCTI/CED/2002.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências, in Sarmento, M. J. e Gouvêa, M. C. S. de (org.) (2008). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis. Vozes (17-39).

SARMENTO, M. J. VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Mayra Luisa Nogueira Correia

Graduanda em Pedagogia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus XVII, Bom Jesus da Lapa Ba; E-mail luhcorreia38@hotmail.com]

Susane Martins Castro da Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação- PPGED/ UESB.. Membro do observatório da Infância e Educação Infantil – OBEI- Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus XVII, Bom Jesus da Lapa Ba; E-mail: susanemartinsc@outlook.com

Gisele Ferreira de Amorim

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação- PPGED/ UESB.. Membro do observatório da Infância e Educação Infantil – OBEI- Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus XVII, Bom Jesus da Lapa Ba; E-mail: gisele_ksgl@hotmail.com